

**Apreciação Global**

1 De acordo com a Síntese de Execução Orçamental da Direcção Geral do Orçamento (DGO), o défice global apurado na óptica da contabilidade pública para o conjunto da Administração Central e da Segurança Social ter-se-á cifrado em 584,6 M€ no período de Janeiro a Maio de 2011. Contudo, a informação apresentada naquela Síntese encontra-se influenciada por um conjunto de factores que prejudica a análise e dificulta comparabilidade com anos anteriores. Nomeadamente, destacam-se os três seguintes: i) a ausência de informação completa referente às despesas com pessoal dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) em 2010; ii) a antecipação da receita com a transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a CGA através de uma operação de *factoring*; e iii) o diferimento do pagamento de juros para os meses seguintes por recurso a operações de *swaps* de taxas de juro.

**Tabela 1. Execução Orçamental da Administração Central e da Segurança Social**

Subsector	M€		Var. Homóloga		Por memória Taxa cresc. OE/2011 %	
	2010	2011	M€	%		
<b>Administração Central</b>						
Estado	Receita Efectiva	14 118,7	15 089,6	970,9	6,9	6,0
	Despesa Efectiva	18 536,3	17 195,5	-1 340,7	-7,2	-2,7
	Saldo	-4 417,6	-2 105,9	2 311,6	:	:
SFA	Receita Efectiva	8 956,3	9 525,5	569,2	6,4	-6,0
	Despesa Efectiva	7 920,8	8 447,5	526,7	6,6	-1,3
	Saldo	1 035,5	1 078,0	42,5	:	:
<b>Saldo da Administração Central</b>						
<b>Segurança Social</b>						
S. Social	Receita Efectiva	9 505,2	9 505,6	0,5	0,0	0,9
	Despesa Efectiva	8 785,1	8 762,4	-22,7	-0,3	1,1
	Saldo	720,1	743,2	23,2	:	:
<b>Saldo da Adm. Central + Seg. Social</b>						
<b>Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT</b>						
<b>-2 662,0 -584,6 2 077,4 :</b>						

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. De acordo com a DGO em 2011 as despesas com pessoal desses organismos representaram 242 M€.

2 Ainda que condicionado pelos aspectos mencionados, com base nos dados apresentados na Síntese, verificar-se-ia uma melhoria de 2377,3 M€ face ao período homólogo. No que se refere ao desempenho orçamental dos subsectores, todos eles apresentaram melhorias nos seus saldos, em particular o subsector dos Serviços Integrados. Todavia, continua a verificar-se neste subsector um grau de execução da despesa corrente primária superior em 1,3 p.p. ao padrão médio de execução dos últimos 4 anos, muito pressionado pelas despesas com aquisição de bens e serviços e despesas com pessoal, que a manter-se constituirá um risco para a execução do OE/2011.

**Serviços Integrados**

3 No período de Janeiro a Maio de 2011, o subsector dos Serviços Integrados (SI) atingiu um défice provisório de 2106 M€, melhorando 2312 M€ em termos homólogos. Tanto a receita como a despesa registaram uma variação mais favorável do que a subjacente ao OE/2011.

4 Persistem, no entanto, alguns factores de risco relativamente ao cumprimento dos objectivos para o

conjunto do ano, atendendo: i) ao grau de execução da despesa com juros continuar num nível inesperadamente baixo (13,9%); ii) ao forte abrandamento do ritmo de crescimento da receita fiscal, que se reduziu em 10,8 p.p., face à tvha registada no mês anterior (pese embora fosse expectável um abrandamento, esperar-se-ia que este ocorresse de forma mais intensa no segundo semestre, em resultado do esgotamento do efeito base decorrente do aumento da tributação em sede de IVA, IRS e IRC, verificado a partir de Julho passado); iii) e à persistência de um grau de execução da despesa corrente primária acima do padrão médio dos últimos 4 anos.

5 No que respeita ao comportamento da **receita efectiva**, neste subsector, esta aumentou 6,9% em termos homólogos, encontrando-se 0,9 p.p. acima da variação implícita no OE/2011 para o conjunto do ano. Não obstante, o ritmo de crescimento da receita abrandou consideravelmente face ao primeiro quadrimestre, provavelmente em função da contracção da actividade económica, com os efeitos da diminuição do consumo privado a fazerem-se sentir sobre a receita fiscal (os impostos sobre o tabaco, veículos e produtos petrolíferos e energéticos apresentaram uma variação homóloga negativa), que ainda assim aumentou 6%, contribuindo em 5,4 p.p. para a evolução positiva da receita efectiva.

6 O aumento da **receita fiscal** é essencialmente explicado pela taxa de crescimento do IVA (13,7%) que, apesar de se encontrar 4,7 p.p. acima da variação implícita no OE/2011, abrandou consideravelmente face ao mês anterior (-6,5 p.p.), "devido ao elevado montante de reembolsos de IVA" efectuados em Maio do corrente ano.\* Embora em menor grau, salienta-se ainda o acréscimo de 12,5% da receita proveniente do IRS (que compara com os 6,9% implícitos no OE/2011), traduzindo igualmente um abrandamento (de 18,2 p.p.) face a Abril, em função do acerto do calendário de pagamento de reembolsos. Ainda assim, a receita líquida deste imposto continua a crescer a um ritmo superior ao da receita bruta.

**Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado**

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
<b>1. Receita Corrente</b>	<b>13 863,7</b>	<b>14 857,2</b>	<b>7,2</b>	<b>7,0</b>	<b>5,3</b>
<b>Receitas fiscais</b>	<b>12 750,4</b>	<b>13 512,6</b>	<b>6,0</b>	<b>5,4</b>	<b>3,6</b>
<b>Impostos directos -dos quais:</b>	<b>4 869,8</b>	<b>5 135,2</b>	<b>5,4</b>	<b>1,9</b>	<b>1,3</b>
IRS	2 618,3	2 945,4	12,5	2,3	6,9
IRC	2 248,7	2 141,3	-4,8	-0,8	-8,9
<b>Impostos indirectos -dos quais:</b>	<b>7 880,6</b>	<b>8 377,4</b>	<b>6,3</b>	<b>3,5</b>	<b>5,3</b>
IVA	5 146,3	5 851,3	13,7	5,0	9,0
I. Tabaco	587,8	463,2	-21,2	-0,9	-5,5
<b>Receitas correntes não fiscais</b>	<b>1 113,3</b>	<b>1 344,6</b>	<b>20,8</b>	<b>1,6</b>	<b>22,3</b>
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>255,0</b>	<b>232,4</b>	<b>-8,9</b>	<b>-0,2</b>	<b>35,0</b>
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>14 118,7</b>	<b>15 089,6</b>	<b>6,9</b>	<b>6,9</b>	<b>6,0</b>
<b>4. Despesa Corrente Primária -da qual:</b>	<b>16 321,2</b>	<b>15 366,4</b>	<b>-5,9</b>	<b>-5,2</b>	<b>-6,9</b>
Despesas com o pessoal - das quais	4 069,4	3 775,0	-7,2	-1,6	-15,5
Remunerações Certas e Perman.	3 083,5	2 898,0	-6,0	-1,0	-10,6
Aquisição bens e serviços correntes	380,9	567,5	49,0	1,0	34,2
Transferências correntes	11 544,2	10 717,1	-7,2	-4,5	-7,3
Administrações Públicas	10 208,0	9 449,1	-7,4	-4,1	-7,5
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>982,4</b>	<b>956,3</b>	<b>-2,7</b>	<b>-0,1</b>	<b>5,3</b>
<b>6. Despesa Primária (4+5)</b>	<b>17 303,6</b>	<b>16 322,7</b>	<b>-5,7</b>	<b>-5,3</b>	<b>-5,9</b>
7. Juros e outros encargos	1 232,6	872,8	-29,2	-1,9	26,7
<b>8. Despesa Efectiva (6+7)</b>	<b>18 536,3</b>	<b>17 195,5</b>	<b>-7,2</b>	<b>-7,2</b>	<b>-2,7</b>
<b>9. Saldo Primário (3-6)</b>	<b>-3 184,9</b>	<b>-1 233,1</b>	:	:	:
<b>10. Saldo Global (3-8)</b>	<b>-4 417,6</b>	<b>-2 105,9</b>	:	:	:

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

7 A execução orçamental até Maio revela um maior contributo da despesa efectiva para a redução do défice deste subsector, a qual explicou cerca de 60% da melhoria registada naquele saldo. Tendo presente o objectivo de redução da despesa efectiva implícita no OE/2011 de 2,7%, o resultado alcançado até Maio permitiu, até ao momento, superar em 4,5 p.p. aquela meta, muito beneficiando do contributo da despesa corrente primária em 5,2 p.p., e dos juros em 1,9 p.p..

8 A **despesa corrente primária** registou uma redução homóloga de 5,9%, aproximando-se assim da diminuição implícita no OE/2011 (6,9%), sobretudo devido ao decréscimo de 7,4% registado nas transferências correntes para outros subsectores das Administrações Públicas (contributo de 4,1 p.p. para a redução da despesa efectiva dos SI), essencialmente por via de menores transferências para a Segurança Social (-13%) e para o Serviço Nacional de Saúde (-6,9%). Com efeito, após a entrada em vigor do OE/2010, em Maio do ano transacto, aquelas transferências aumentaram significativamente, pelo que o acentuado decréscimo agora verificado já se encontra praticamente em linha com o previsto para o corrente ano (-7,5%).

9 No conjunto das outras componentes da despesa corrente primária, as "**Despesas com pessoal**" registaram uma diminuição de 7,2%, (0,8% caso se exclua o efeito da alteração metodológica na contabilização da contribuição patronal para a ADSE, a qual passou, no corrente ano, a ser objecto de reclassificação para a rubrica de "aquisição de bens e serviços correntes"), ainda assim abaixo do objectivo implícito do OE/2011 (-15,5%). A contribuir para uma menor redução das despesas com pessoal encontram-se os encargos com a Segurança Social.

10 A rubrica "aquisição de bens e serviços correntes" evidencia um aumento de 49%, acima dos 34,2% implícitos ao OE/2011. Contudo, ajustada dos efeitos da referida alteração metodológica apresentaria uma redução de 12%.

11 No que se refere ao comportamento dos **encargos com juros** a sua evolução intra-anual tem influenciado fortemente a despesa efectiva do período. Com efeito, a Síntese de Execução Orçamental da DGO apresenta uma redução homóloga da despesa com juros e outros encargos de 29,2%, contrastando com o crescimento implícito no OE/2011 (26,7%), o qual previa um total de 6300,5 M€. Este comportamento estará a ser influenciado não só pelo perfil de emissões já existentes (que implica a concentração dos encargos no mês de Junho), mas também pela utilização de swaps de taxa de juro, que influenciam quer o montante, quer a distribuição mensal dos juros a pagar, diferindo os encargos para o futuro. Assim, até ao final do corrente ano, faltará ainda pagar 86,1% do total de juros e outros encargos previsto no OE/2011, isto é, cerca de 5430 M€ (cerca de 775 M€ por mês, um valor próximo do montante pago no conjunto dos primeiros cinco meses do corrente ano).

12 Para efeitos de comparabilidade, caso os juros tivessem sido pagos uniformemente (em 2010 e 2011), a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas 2,2% (ao invés de uma redução de 7,2%), uma vez que a despesa com juros e outros encargos teria sido superior em 879,6 M€.

13 A partir da informação que se encontra disponível sobre as datas de pagamento de cupões dos principais instrumentos de dívida (Obrigações e Bilhetes do

Tesouro), e as respectivas taxas de cupão, seria possível estimar um montante de despesas com juros de cerca de 1270 M€ entre os meses de Janeiro e Maio, valor que contrasta com os 872,8 M€ contabilizados em despesa pública. Esta estimativa da UTAO encontra-se, ainda assim, subavaliada, pois não considera os juros de outros instrumentos de dívida de curto prazo (tais como os acordos de recompra) nem os juros relativos aos Certificados de Aforro (que a UTAO estima terem sido de cerca de 800 M€ entre Janeiro e Maio), cujos resgates se intensificaram nos últimos meses.

14 De notar que se espera que em contabilidade nacional (na óptica de compromissos) os juros venham a ter um contributo para o défice orçamental superior ao registado em contabilidade pública, não só decorrente do atrás exposto, mas também devido à contratualização de taxas de juro mais elevadas nas emissões mais recentes.

15 A **despesa de capital** reduziu-se em 2,7% face a igual período do ano anterior, encontrando-se abaixo da taxa de crescimento implícita no OE/2011 (5,3%).

16 A análise do **grau de execução da despesa efectiva** continua a revelar até Maio uma taxa de execução inferior ao padrão médio de execução (2,1 p.p.) dos últimos 4 anos, explicada pela baixa execução da dotação dos juros e da despesa de capital (esta influenciada pela dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície já pago em 2010).

**Tabela 3. Desvio relativo ao Padrão Médio de execução orçamental (p.p.)**

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11	Mai.11
<b>Despesa Efectiva</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>-2,1</b>
1. Despesa Corrente Primária	1,0	0,7	0,5	0,8	1,3
Despesa Pessoal	1,2	1,2	1,3	2,2	3,0
Remun. Certas e Permanentes	0,6	0,8	0,9	1,4	2,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,6	0,5	-0,1	0,1	-1,1
Segurança Social	4,7	4,5	4,5	6,9	8,7
Aq. Bens e Serviços	0,8	2,4	4,2	5,2	6,1
Trf. Correntes	0,9	0,2	0,3	-0,1	0,7
Subsídios	0,3	0,7	0,4	1,8	-1,4
Outra desp. Corrente	-1,0	-2,1	-8,9	-10,6	-16,6
2. Despesa de Capital	-1,3	-2,8	-4,3	-6,2	-7,4
3. Juros	-1,6	-3,1	-5,5	-10,1	-18,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado para um dado período do corrente ano, encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

17 Contudo, até Maio, o grau de execução da **despesa corrente primária** encontra-se 1,3 p.p. acima do padrão médio de execução nos últimos 4 anos, o que, a manter-se poderá constituir um risco para a execução do OE/2011. Este desvio resulta de uma execução acima do padrão médio da despesa com a aquisição de bens e serviços (6,1 p.p.) e da despesa com pessoal (3 p.p. acima).

#### **Encargos Assumidos e Não Pagos**

18 A informação provisória disponível até Maio aponta para um acréscimo acumulado de Encargos Assumidos e Não Pagos (EANP) de 271,5 M€, desde o início do ano. Este indicador de despesa por pagar regista pelo segundo mês consecutivo uma redução (64,9 M€), encontrando-se o *stock* de EANP 96,7 M€ abaixo do verificado no final do 1.º trimestre.

19 A despesa corrente primária continua a ser o agregado da despesa que maior variação de EANP regista desde o início do ano. As despesas com pessoal (com destaque para os encargos com saúde), a

#### **Informação Técnica n.º 11/2011**

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Junho de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública.

aquisição de bens e serviços, e as transferências correntes para subsectores que não integram as administrações públicas são os agrupamentos que concentram maiores valores de despesa por pagar, não obstante estes dois últimos, contribuirão em Abril e Maio para uma redução do nível de encargos assumidos e não pagos.

**Tabela 4. Variação de Encargos Assumidos e Não Pagos acumulados desde o início do ano (em M€)**

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11	Mai.11
<b>Despesa Corrente Primária ANP</b>	<b>152,4</b>	<b>253,5</b>	<b>327,7</b>	<b>256,3</b>	<b>197,2</b>
Despesa com Pessoal	-1,2	71,4	102,7	108,0	92,4
dq. Rem. Certas e Perm.	-2,6	12,2	35,6	36,0	11,8
Seg. Social <i>das quais</i> :	1,2	58,5	65,8	70,1	77,8
Encargos com Saúde	5,3	46,8	51,2	56,7	60,4
Contrib. de Seg. Social	-4,1	11,7	10,5	11,4	17,4
Outras	0,0	0,1	4,1	2,0	0,0
Aq. de Bens e Serviços	25,8	54,7	85,8	62,7	49,0
Transf. Correntes	124,5	123,2	133,8	79,6	55,4
Para Adm. Públicas	9,7	4,9	21,5	20,5	3,1
Para fora das Adm. Públicas	114,8	118,3	112,4	59,1	52,3
Outra despesa Corr. primária	3,3	4,2	5,3	6,0	0,4
<b>Despesa de Capital ANP</b>	<b>-3,2</b>	<b>11,3</b>	<b>40,2</b>	<b>79,7</b>	<b>73,7</b>
Aq. de Bens de Capital	-9,8	2,6	9,5	52,7	50,5
Transf. Capital	6,5	8,6	30,7	26,9	23,3
Para Adm. Públicas	6,4	6,6	3,8	3,4	2,8
Para fora das Adm. Públicas	0,2	2,1	26,9	23,5	20,5
Outra despesa de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Juros</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,3</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>
<b>Despesa Efectiva ANP</b>	<b>149,1</b>	<b>264,8</b>	<b>368,2</b>	<b>336,4</b>	<b>271,5</b>
<b>Var. Homóloga da Desp. Efectiva ANP</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>	<b>205,9</b>	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>

Fonte: DGO, Sistema aplicacional SIGO.

Nota: ANP designa "assumidos e não pagos". A tabela apresenta a variação de EANP, desde o início do ano para um conjunto de 317 Serviços Integrados (91% do universo total), sendo o stock inicial de 276,8 M€. Em função do universo disponível para análise, os valores apurados diferem sensivelmente dos apresentados em anteriores notas. Para uma leitura e entendimento mais completo desta informação, ver a [Nota Mensal de Abril](#).

**20** Tendo por base a informação disponível da despesa na óptica de caixa (17 195,5 M€), assim como a variação acumulada da despesa por pagar desde o início do ano (271,5 M€), o valor de despesa do Estado aproximada à óptica da contabilidade nacional ascendeu até Maio a 17 467 M€. Conforme referido na anterior Nota Mensal, a inexistência em 2010 de reporte mensal de EANP impossibilita a apresentação mensal de uma actualização da taxa de variação homóloga da despesa do Estado aproximada à óptica de compromissos.

**21** Ainda no domínio dos EANP, o programa de assistência financeira acordado entre a Comissão Europeia, o FMI e o Governo português vem fixar um limite à acumulação de **pagamentos em atraso** pelas administrações públicas (a mais de 90 dias da data de pagamento da factura). Estabelece-se assim que o total destes pagamentos no final de cada mês não seja superior ao total verificado no início do mês, contribuindo desta forma para que o valor global dos pagamentos em atraso existente seja liquidado ou reduzido. Os conceitos de "atraso no pagamento" e "compromissos financeiros" foram recentemente consagrados no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de Maio. Encontra-se previsto a realização de um levantamento do stock de pagamentos em atraso à data de 30 de Junho, cujo relatório, a apresentar em Agosto de 2011, constituirá o ponto de partida para a monitorização mensal futura da redução dos pagamentos em atraso.

#### Operações Financeiras

**22** No âmbito das **operações financeiras** sem impacto no défice na óptica da contabilidade pública ("abaixo da linha"), a UTAO faz notar que nos meses de Abril e Maio se verificou um reforço de 607,5 M€ da dotação inicial (de 200 M€) dos empréstimos de curto prazo a entidades públicas (capítulo 60 - despesas excepcionais), por contrapartida da anulação da quase totalidade (93,5%) das verbas existentes na dotação de empréstimos

de médio e longo prazo (650 M€) para as mesmas entidades beneficiárias. Até Maio foram executados 636,9 M€ em empréstimos de curto prazo a entidades públicas. Caso estes apoios à tesouraria das empresas públicas, não venham a ser reembolsados dentro do período (de curto prazo) estabelecido, poderão, à luz das regras das contas nacionais, vir a configurar a natureza de transferências de capital com impacto no défice e dívida pública, o que eleva o risco da execução orçamental (em contas nacionais) no corrente ano.

#### Serviços e Fundos Autónomos

**23** A execução orçamental dos SFA encontra-se afectada pela ausência de reporte, em 2010, de informação relativa a despesas com pessoal de um conjunto de estabelecimentos de saúde, cujo ajustamento apurado pela DGO, em 2011, representa cerca de 242 M€. Este efeito, não mensurável para o ano de 2010, torna incomparável a execução orçamental dos SFA, prejudicando as comparações homólogas referentes à despesa e ao saldo.

**24** Entre Janeiro e Maio de 2011 a execução orçamental do subsector dos SFA apresenta um excedente orçamental de 1078 M€.

**25** Tal como inicialmente referido, este resultado encontra-se influenciado pelas transferências de capital da PT Comunicações para a Caixa Geral de Aposentações, no valor total de 299,9 M€ (de um total de 450 M€ definido para o corrente ano, ao qual acrescem juros) nos termos Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro. O recebimento das transferências terá beneficiado de um contrato de *factoring* junto de uma instituição financeira, que possibilitou a antecipação de receita prevista ocorrer até ao final do ano. A DGO não apresenta detalhe sobre esta operação, nomeadamente sobre o tipo de *factoring* (com ou sem recurso) e sobre os eventuais custos incorridos pela antecipação deste encaixe financeiro.

**Tabela 5. Execução Orçamental dos SFA**

	Milhões de Euros		T/vha (%)	Contr. p/ T/vha (p.p.)		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
<b>1. Receita Corrente</b>	<b>8 742,9</b>	<b>8 796,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-2,9</b>	<b>1,2</b>
Taxas, multas e outras penalidades	452,8	514,9	13,7	0,7	0,0	n.d.
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>213,4</b>	<b>728,9</b>	<b>241,6</b>	<b>5,8</b>	<b>0,1</b>	<b>-54,9</b>
Outras transferências de capital	10,0	307,8	2 977,2	3,3	0,0	n.d.
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>8 956,3</b>	<b>9 525,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>-2,9</b>	<b>-6,0</b>
<b>4. Despesa Corrente</b>	<b>7 698,5</b>	<b>8 081,0</b>	<b>5,0</b>	<b>4,8</b>	<b>1,8</b>	<b>-2,2</b>
Despesas com o pessoal	824,3	1 032,3	25,2	2,6	1,9	6,7
Aquisição de bens e serviços	3 076,5	3 217,4	4,6	1,8	1,5	-11,0
Outras transferências correntes	3 276,1	3 397,4	3,7	1,5	-0,1	n.d.
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>222,3</b>	<b>366,4</b>	<b>64,9</b>	<b>1,8</b>	<b>0,4</b>	<b>15,9</b>
Outras transferências de capital	139,5	244,8	75,5	1,3	0,1	n.d.
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>7 920,8</b>	<b>8 447,5</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>	<b>2,2</b>	<b>-1,3</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>1 035,5</b>	<b>1 078,0</b>				
<b>Ajustamento pela Transferência de Capital da Portugal Telecom, S.A. para CGA</b>						
Transf. de Capital da PT, S.A. para a CGA	0,0	299,9				
Receita de Capital Ajustada	213,4	429,0	101,0	2,4		
Receita Efectiva Ajustada	8 956,3	9 225,6	3,0	3,0		
Saldo Global Ajustado	1 035,5	778,1				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: A despesa efectiva dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. De acordo com a DGO em 2011 as despesas com pessoal desses organismos representaram 242 M€.

**26** A Tabela 5 apresenta também a comparação homóloga do saldo global dos SFA ajustada do efeito da transferência de capital da PT Comunicações, sendo o saldo global ajustado de 778,1 M€.

**27** Em termos não ajustados, a receita efectiva cresceu 6,4% relativamente ao período homólogo (3,0% se considerarmos o referido ajustamento da transferência

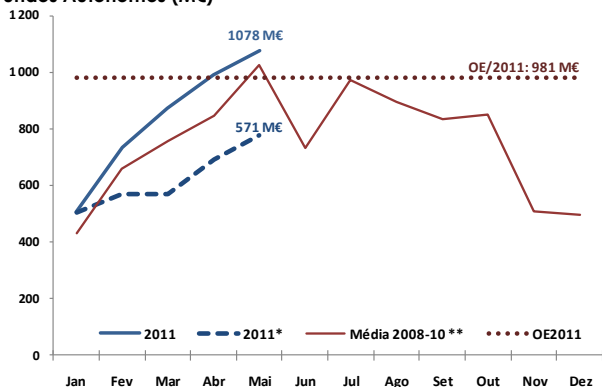
de capital da PT Comunicações para a CGA), o que compara favoravelmente com o decréscimo de 6% implícito do OE/2011, face à execução provisória de 2010.

**28** A receita corrente apresenta uma evolução positiva (0,6%), mas aquém do previsto no OE/2011 (1,2%), facto que é compensado pelo comportamento da receita de capital (mesmo excluindo o referido ajustamento da contribuição da PT Comunicações a favor da CGA).

**29** A evolução da despesa efectiva não é comparável pela ausência de reporte em 2010 de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde. A DGO refere que excluindo os organismos em falta, a despesa com pessoal dos restantes SFA se reduz em 4,1%.

**30** As despesas com o agrupamento aquisição de bens e serviços crescem 4,6% em termos homólogos, quando o OE/2011 tem implícita uma redução de 11% para o conjunto do ano. A DGO apresenta como justificação os pagamentos por adiantamento dos contratos-programa com os Hospitais E.P.E. e as parcerias público-privadas no âmbito do SNS.

**Gráfico 1. Evolução do Saldo Global do subsector Serviços e Fundos Autónomos (M€)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas: \* Excluindo o valor transferido pela PT Comunicações para a CGA no 1.º trimestre do corrente ano, no valor de 299,9 M€, no âmbito da transferência das responsabilidades com os planos de pensões dos actuais trabalhadores e ex-trabalhadores da PT.

\*\* Excluindo, em Dezembro/2010, a verba respeitante à incorporação dos Fundos de Pensões da PT Comunicações na CGA, no valor de 1882,1 M€. O saldo de 2010 encontra-se sobre-estimado pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde.

## Segurança Social

**31** De Janeiro a Maio de 2011, o subsector da Segurança Social registou um saldo global de 743,2 M€, o que representa uma melhoria de 23,2 M€ face ao período homólogo de 2010.

**32** Esta ligeira melhoria no saldo global deveu-se essencialmente à redução da despesa efectiva (em 0,3%), uma vez que, do lado da receita, apenas se registou uma recomposição nas fontes de financiamento.

**33** No período em análise, convém salientar que a taxa de crescimento da receita efectiva se encontra 0,8 p.p. abaixo do objectivo implícito no OE/2011, embora se registre uma execução da despesa efectiva mais favorável em 1,4 p.p. do que o objectivo implícito do OE/2011.

**34** Efectivamente, as melhorias registadas ao nível das transferências do Fundo Social Europeu (FSE) e das receitas provenientes de contribuições e quotizações (com contributos de 2,6 e 1,8 p.p. para o crescimento da receita efectiva, respectivamente), foram anuladas pela redução nas transferências correntes da Administração Central (contributo de 4,4 p.p.).

**35** A redução da despesa efectiva em 0,3% encontra-se sustentada pela evolução das prestações sociais excluindo pensões, nomeadamente o subsídio familiar a crianças e jovens (com um contributo de -1,5 p.p.), o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-1 p.p.) e o rendimento social de inserção (-0,7 p.p.). Em conjunto, estas três rubricas originaram a redução das despesas da Segurança Social em cerca de 283,6 M€.

**36** Por seu turno, a referida redução da despesa efectiva foi parcialmente anulada pelo aumento dos encargos com:

- Pensões (com um contributo de 1,6 p.p.), especialmente as de velhice, as quais registaram um crescimento de 4,8% (177,5 M€), acima da taxa de crescimento implícito no OE/2011 (3,1%);
- Acções de formação profissional, em 129 M€ (o que representou uma variação homóloga de 26% e um contributo para a variação da despesa efectiva de 1,5 p.p.). O aumento das despesas deveu-se sobretudo, às acções de formação que obtêm suporte no FSE.

**Tabela 6. Execução Orçamental da Segurança Social**

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/tvha (p.p.)	
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>9 504,7</b>	<b>9 503,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,8</b>
Contribuições e quotizações	5 353,9	5 522,1	3,1	1,8	4,7
Transf. correntes da Ad. Central	3 284,9	2 870,8	-12,6	-4,4	-12,3
Transf. do Fundo Social Europeu	246,6	490,5	98,9	2,6	47,8
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>0,5</b>	<b>2,5</b>	<b>380,6</b>	<b>0,0</b>	<b>52,2</b>
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>9 505,2</b>	<b>9 505,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,9</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>8 779,1</b>	<b>8 756,6</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,1</b>
Prestações Sociais	7 852,1	7 736,6	-1,5	-1,3	-0,4
Pensões, das quais:	4 963,8	5 106,3	2,9	1,6	2,9
— Velhice	3 729,3	3 906,8	4,8	2,0	3,1
Sub. familiar a crianças e jovens	420,8	288,9	-31,3	-1,5	-23,9
Sub. desemprego e apoio ao emp.	960,5	871,3	-9,3	-1,0	-7,1
Rendimento Social de Inserção	237,2	174,8	-26,3	-0,7	-23,1
Acções de Formação Profissional	495,8	624,8	26,0	1,5	31,5
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>6,1</b>	<b>5,8</b>	<b>-3,7</b>	<b>0,0</b>	<b>35,2</b>
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>8 785,1</b>	<b>8 762,4</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>1,1</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>720,1</b>	<b>743,2</b>			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Os documentos da UTAO encontram-se disponíveis em <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XILEG/5COF/Paginas/UTAO.aspx>

\* A disponibilização dos valores da receita fiscal até Maio, para o subsector Estado, permite determinar a receita fiscal do 1.º trimestre de 2011 na óptica da contabilidade nacional. Os cálculos efectuados pela UTAO apontam para que a receita fiscal deste subsector registre um valor inferior em 482,1 M€ ao registado para o mesmo período na óptica da contabilidade pública. Para este resultado muito contribuiu o ajustamento negativo em 442,9 M€ do efeito de especialização do exercício do IVA, explicado pela quebra dos valores deste imposto verificado nos meses de Abril e Maio (em resultado da evolução descendente da actividade económica), a qual contrasta com a evolução favorável da receita de Janeiro e Fevereiro (resultante da evolução do consumo privado no mês de Dezembro) e que representa em grande medida receita fiscal do 4.º trimestre de 2010 em contabilidade nacional. Também de destacar o ajustamento igualmente negativo da especialização do exercício relativa ao Imposto sobre o tabaco, Imposto sobre os produtos petrolíferos e Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas.

## Informação Técnica n.º 11/2011

Baseado na Síntese de Execução Orçamental da DGO, de 20 de Junho de 2011 e sistemas aplicacionais da DGO. Valores na Óptica da Contabilidade Pública.